

Moeda social aumenta trabalho e renda na comunidade

Sociologia

Enviado por:

Postado em:09/09/2010

Moradores locais gerenciam os bancos comunitários, que trocam o “dinheiro” por reais

Todos nós conhecemos o dólar, o real, o euro. Mas, você já ouviu falar em apuanãs? E freires, sampaio, vistas lindas ou moradias em ação, você conhece? São as cinco moedas sociais aceitas pelo comércio de algumas comunidades da cidade de São Paulo desde meados do ano passado. Isso significa que em alguns bairros a moeda preferencial deixou de ser o real. No Jardim Filhos da Terra, na zona norte, os comerciantes passaram a aceitar os apuanãs. No Jardim Maria Sampaio, na zona sul da capital, a moeda que circula é o sampaio. Os freires são aceitos no Jardim Inácio Monteiro, na zona leste, os vistas lindas são do Jardim Donária, na zona oeste, e os moradias em ação, do Jardim São Luiz, na zona sul. “A moeda social é muito importante para a comunidade porque faz com que a riqueza do bairro gire nele. Isso ocorre, porque ela é aceita apenas pelos empreendimentos do bairro cadastrados no Banco Comunitário, permitindo a esses empreendimentos fazer a troca da moeda social por real”, explica Diogo Jamra Tsukumo, coordenador do Núcleo de Economia Solidária (Nesol), da Universidade de São Paulo (USP). Os Bancos Comunitários são projetos de apoio à economia popular de municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano e prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária. Além disso, os bancos comunitários atuam para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são da comunidade, que também é responsável por sua gestão. Tsukumo afirma que a moeda social permite uma maior circulação de riquezas na comunidade, aumentando os números de transações econômicas e permitindo o desenvolvimento econômico local. Neste aspecto, saem ganhando tanto o consumidor morador da comunidade, pois tem acesso ao crédito em moeda social, quanto o empreendimento, pois tem mais clientes. “Para muita gente da comunidade, esse projeto era um sonho. Agora, cada dia que passa, a gente vê uma melhora na auto-estima de todos”, conta Hilda Pires, gerente do Banco Apuanã, criado em junho de 2009, como parte do projeto Moradia Solidária. Hilda faz parte do Movimento de Moradia Sem Terra da Zona Norte de São Paulo, que conta com o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP/USP). Pouco mais de um ano após a criação do Banco Apuanã, Hilda diz confiante que a comunidade está colhendo bons frutos: “hoje temos uma cooperativa de costura em pleno desenvolvimento; uma cooperativa de produtos de limpeza, e, uma vez por mês, realizamos uma feira para vendermos todos os produtos feitos pela comunidade”. Mas, nada disso seria possível sem o Banco Apuanã. “Além do desenvolvimento local, aumentamos a oferta de empregos e, conseqüentemente, a renda dos moradores está aumentando também”, conclui a gerente do banco. Em todo o Brasil, existem atualmente 51 moedas sociais. Elas não substituem o real – a ideia é que funcionem de modo complementar à moeda nacional, mas desenvolvendo as economias locais. Para isso, é preciso que tenham lastro em real, ou seja, para cada uma das moedas sociais usadas, deve-se ter “guardada” uma moeda em real. Reconhecidas pelo Banco Central, as moedas sociais precisam, para serem criadas, de comunidades com uma associação de moradores bem estruturada. Segundo o coordenador do Núcleo de Economia Solidária da USP, a moeda é um instrumento de troca e é interessante potencializar sua circulação e reduzir a ideia de acumulação. “A moeda social cria e resgata a

identidade da comunidade, valorizando a produção local e gerando desenvolvimento, em todos os sentidos do termo, em determinada comunidade”, avalia Tsukumo. A moeda social não impede que um cliente do banco que foi beneficiado com um crédito de consumo (em moeda social) gaste esse recurso em qualquer produto que tenha no bairro. Isso quer dizer que não necessariamente o consumidor precisa comprar algum objeto produzido pela comunidade. Ele pode comprar qualquer produto oferecido no mercado ou farmácia do bairro. Para o coordenador da USP, o que realmente garante o consumo responsável dos produtos é o processo de formação e transformação cultural que ocorre junto com a implementação de um Banco Comunitário e moeda social. Tsukumo acredita que um processo que envolva campanhas de consumo local e apoio a empreendimentos econômicos solidários seja um caminho interessante para a sustentabilidade e o consumo consciente nas comunidades. Aliando esses pontos ao crédito produtivo e à ação do agente de crédito, os empreendimentos podem oferecer alternativas de consumo aos moradores do bairro. “O sistema tem ainda uma função de identidade, ou seja, faz com que as pessoas consumam no bairro onde moram, usando uma moeda que tem o nome do bairro”, acredita Tsukumo. Para estimular a população a usar a moeda social, os comerciantes apelam para os descontos. Com isso, o dinheiro passa a ficar na própria comunidade. “Quanto mais dinheiro ficar na comunidade, mais ele vai circular internamente e mais riqueza vai gerando. Quanto mais vezes ele passar de mão em mão, mais se estará gerando valor e riqueza.” Além dos descontos, para fazer crescer o uso dessas moedas são realizados mapeamentos de consumo e produção para avaliar a necessidade dos consumidores e se há produção suficiente na comunidade para atendê-los. A comunidade também se organiza em fóruns para discutir questões como os juros e as diretrizes dos bancos comunitários na concessão do crédito. Tsukumo acredita que o potencial de crescimento dessas experiências seja tão grande quanto o número de comunidades existentes no Brasil e no mundo. “Ainda mais agora que o Banco Central, no final do ano passado, criou um grupo de trabalho, por um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, para estudar essas inovações, reconhecendo publicamente a importância e o valor dessas iniciativas para o desenvolvimento das comunidades e do país”, argumenta. Você sabia? - O primeiro banco comunitário brasileiro foi o Banco Palmas, que surgiu em 1998, no Conjunto Palmeira, bairro da periferia de Fortaleza. Em 2003, a comunidade se organizou e criou o Instituto Palmas, que hoje é responsável pela abertura da maioria dos bancos comunitários existentes no país, entre eles, os de São Paulo. A expectativa para os próximos dois anos é de que sejam criados mais 100 bancos comunitários em todo o Brasil. - O Ceará é o Estado que mais concentra as moedas sociais. Em municípios pequenos, elas valem na cidade toda. É o caso de Acaraú, Tamboril e Paramoti. - As moedas sociais também existem em outros países. Na Argentina, chegaram a atingir quase 1 milhão de pessoas, após a crise econômica de 2001. Esta notícia foi publicada em 27/08/2010 no sítio akatu.org.br. Todas as informações nela contida são de responsabilidade do autor.